



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal **Jack Rocha** - PT/ES

COMISSÃO DE SAÚDE
REQUERIMENTO Nº DE 2024

Deputado Dr. Francisco, de Assis Oliveira Costa - (PT/PI) e **Deputada** Jack Rocha – (PT/ES)

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir o tema: **"A Saúde Quilombola como Política Pública no Sistema Único de Saúde (SUS)"**.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública sobre o tema "A Saúde Quilombola como Política Pública no Sistema Único de Saúde (SUS)". Para a referida audiência pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

1. Ministra da Saúde – representante;
2. Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ);
3. Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
4. Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO);
5. Pesquisador (a) do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA);
6. Representante do Ministério Público.





JUSTIFICAÇÃO

A população quilombola no Brasil, que remonta a mais de cinco séculos de resistência, enfrenta desafios profundos e históricos no acesso a direitos básicos, como a saúde. As comunidades quilombolas são, em sua maioria, localizadas em áreas rurais e de difícil acesso, o que agrava sua condição de vulnerabilidade e as coloca à margem das políticas públicas tradicionais. Além disso, a violência étnico-racial, o racismo estrutural e a exclusão histórica contribuem para a manutenção de uma realidade de desigualdade social e de saúde.

Apesar dos avanços proporcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), essas comunidades continuam a vivenciar vazios assistenciais, falta de infraestrutura e incentivos de políticas de saúde adequadas às suas especificidades culturais e territoriais. Dados recentes do Plano Operativo de Saúde Quilombola (AquilombaSUS), mostram que as populações quilombolas têm indicadores de saúde inferiores em comparação a população não Quilombola, o que se reflete em menores expectativas de vida, maior prevalência de doenças negligenciadas e dificuldades de acesso a tratamentos de saúde especializados.

Reconhecendo essa realidade, o Ministério da Saúde iniciou a formulação da Política Nacional de Saúde Integral da População Quilombola (PNASQ-SUS), cujo objetivo central é enfrentar essas desigualdades, ampliando e qualificando o acesso das comunidades quilombolas aos serviços de saúde do SUS.

A PNASQ-SUS busca incorporar práticas e saberes tradicionais da medicina quilombola, respeitando as especificidades culturais e ancestrais dessas comunidades, além de promover a inclusão de tecnologias sociais e digitais para melhorar a cobertura de serviços em territórios remotos.





Essa política não é apenas uma demanda de saúde pública, mas um marco necessário para a reparação histórica e a promoção da equidade racial no Brasil. A formulação e implementação de uma política pública voltada à saúde quilombola demanda diálogo intersetorial, participação ativa da sociedade civil e comprometimento das três esferas de poder. Por isso, a realização de uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados é fundamental para que os diversos atores envolvidos — gestores públicos, especialistas em saúde, representantes das comunidades quilombolas, pesquisadores e sociedade civil — possam discutir os desafios, propor soluções e colaborar na implementação efetiva da política.

A audiência permitirá que sejam discutidos temas centrais como:

- Os desafios da atenção primária à saúde em territórios quilombolas;
- A valorização dos saberes tradicionais e medicinas ancestrais quilombolas;
- A inclusão de ferramentas de saúde digital para ampliar o atendimento em áreas remotas;
- A vigilância popular e ambiental em saúde quilombola, fundamental para lidar com questões de saúde pública e emergências ambientais;
- A necessidade de fomento a pesquisas científicas voltadas à saúde dessas populações;
- O fortalecimento das ações de educação permanente para os profissionais de saúde que atuam em comunidades quilombolas.

Além disso, a audiência fomentará o debate sobre a ampliação de políticas públicas voltadas para a proteção da saúde das mulheres quilombolas, grupo especialmente vulnerável devido às questões de gênero e raça que se sobrepõem em suas experiências cotidianas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Jack Rocha - PT/ES

Dessa forma, a audiência pública será uma oportunidade essencial para que o Congresso Nacional, em parceria com o Ministério da Saúde, movimentos sociais, as universidades e a sociedade civil organizada, participe ativamente do processo de elaboração, monitoramento e execução dessa política. A PNASQ-SUS é um passo fundamental na construção de um Brasil mais justo e inclusivo, onde o direito à saúde seja garantido para todas as populações, independentemente de sua localização geográfica ou origem étnica.

Diante da relevância do tema e do impacto positivo que a implementação dessa política pode ter nas vidas de milhares de quilombolas, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 2024.

Deputado Dr. Francisco, de Assis Oliveira Costa - (PT/PI)

Deputada Jack Rocha – (PT/ES)

